

Seção: Formação de professores | **Artigo original** |

DOI: 10.35700/2317-1839.2022.v11n20.3437

As dificuldades na educação de jovens e adultos (EJA) durante a pandemia de covid-19: adversidades do ensino remoto

Difficulties in youth and adult education (YAE) during the covid-19 pandemic: adversities of remote teaching

Dificultades en la educación de jóvenes y adultos (EJA) durante la pandemia del covid-19: adversidades de la enseñanza remota

Luziane Fernandes Lima de Almeida

Especialista em Docência para Educação Profissional, Científica e Tecnológica – IFMS

Instituto Federal de Mato Grosso do Sul

E-mail: luziane-almeida@outlook.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6487-1599>

João Batista Alves de Souza

Doutor em Geografia

Instituto Federal de Mato Grosso do Sul

E-mail: joao.batista@ifms.edu.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5073-3534>

RESUMO

A transição imediata do ensino presencial para o remoto, imposta pelo isolamento social decorrente da pandemia do vírus SARS-CoV-2, desafiou ainda mais as modalidades de ensino da educação brasileira, em especial a Educação de Jovens e Adultos (EJA), que exige uma interação, diálogo e troca de experiências entre docente e discentes. A partir dos mais variados desafios, o artigo aborda os efeitos da crise sanitária, na vida dos estudantes trabalhadores, no processo de ensino e na aprendizagem na modalidade EJA na Escola Estadual Deputado Fernando Cláudio Capiberibe Saldanha, em Ponta Porã/MS. Através de uma pesquisa bibliográfica e qualitativa, os resultados evidenciaram que o acesso à tecnologia de informação, o letramento digital e a necessidade do auxílio do professor estão entre os principais desafios. Em Ponta Porã, tanto docentes como discentes deixaram evidente a necessidade da experiência presencial para construção do conhecimento.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Ensino remoto. Pandemia da Covid-19.

ABSTRACT

The immediate transition from face-to-face to remote teaching, imposed by social isolation resulting from the SARS-CoV-2 virus pandemic, further challenged the teaching modalities of Brazilian education, especially the Youth and Adult Education (EJA), which requires interaction, dialogue and exchange of experiences between teachers and students. From the most varied challenges, this article addresses the effects of the health crisis in the lives of working students and in the teaching and learning process in the EJA modality at the State School Deputado Fernando Cláudio Capiberibe Saldanha, in Ponta Porã/MS. Through a bibliographic and qualitative research, the results evidenced that access to information technology, digital literacy and the need for teacher assistance are among the main challenges. In Ponta Porã, both teachers and students made evident the need for face-to-face experience for the construction of knowledge.

Keywords: Youth and Adult Education, Remote Learning, Covid-19 Pandemic.

RESUMEN

La transición inmediata de la enseñanza presencial a la remota, impuesta por el aislamiento social resultante de la pandemia del virus SARS-CoV-2, desafió aún más las modalidades de enseñanza de la educación brasileña, especialmente la Educación de Jóvenes y Adultos (EJA), que requiere una interacción, diálogo e intercambio de experiencias entre profesores y alumnos. A partir de los más variados desafíos, el artículo aborda los efectos de la crisis sanitaria, en la vida de los estudiantes trabajadores, en el proceso de enseñanza y aprendizaje en la modalidad EJA en la Escuela Estadual Deputado Fernando Cláudio Capiberibe Saldanha, en Ponta Porã/MS. A través de una investigación bibliográfica y cualitativa, los resultados mostraron que el acceso a las tecnologías de la información, la alfabetización digital y la necesidad de asistencia docente se encuentran entre los principales desafíos. En Ponta Porã, tanto profesores como alumnos destacaron la necesidad de la experiencia presencial para la construcción del conocimiento.

Palabras clave: Educación de Jóvenes y Adultos, Enseñanza Remota, Pandemia de Covid-19.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo é o resultado do trabalho de conclusão de curso da Especialização em Docência para Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT) do Instituto Federal

de Mato Grosso do Sul (IFMS) campus de Ponta Porã/MS. O trabalho tem como objetivo analisar a percepção de estudantes e professores sobre o ensino remoto durante a pandemia de covid-19, na modalidade EJA, na Escola Estadual Deputado Fernando Cláudio Capiberibe Saldanha, em Ponta Porã/MS. Busca-se, ainda, compreender como o ensino remoto impactou no processo de ensino e aprendizagem desses sujeitos.

A pandemia causada pelo vírus SARS-CoV-2 ou Novo Coronavírus, reconhecida no Brasil pelo Decreto n.º 6, de 20 de março de 2020, produziu impactos expressivos em todas as esferas sociais, econômicas, políticas, culturais e educacionais. Diante desse cenário de crise de caráter mundial, muitos desafios surgiram, em especial, no âmbito educacional: como dar continuidade ao processo de ensino e aprendizagem em meio a uma pandemia que impôs o isolamento social? Para tanto, medidas de proteção para impedir a propagação do vírus foram tomadas, dentre elas, as aulas presenciais foram abruptamente suspensas e passaram a ser ofertadas a distância, de acordo com as medidas de biossegurança instituídas por cada governo estadual e municipal. No entanto, instituições escolares, professores e estudantes não estavam preparados para lidar com as consequências do isolamento social.

Houve, então, mobilização nos âmbitos federal, estadual e municipal, por intermédio de portarias e decretos¹, a fim de criar meios para que as aulas acontecessem mesmo com o distanciamento social. Deliberou-se, assim, o ensino remoto, ou seja, discentes e docentes precisaram migrar para o ambiente virtual, o que se tornou algo difícil e desafiador, em virtude da complexidade social brasileira, como a inclusão digital e a precarização educacional, pois a viabilidade desse tipo de ensino necessitou de aparatos adequados, como o acesso à *internet*.

Ademais, tanto educadores quanto alunos tiveram dificuldades de adaptação à nova realidade, pois tiveram que se reinventar e se adequar, de forma bastante repentina, ao ensino e aprendizagem totalmente remoto. Além da falta de acesso à *internet* e às ferramentas necessárias (como computadores, *tablets*, *notebooks* e *smartphones*), o país apresentou um abismo na inclusão digital.

Tais obstáculos foram potencializados na população das classes sociais mais vulneráveis economicamente. Conforme destaca Batista (*apud* NICODEMOS; SERRA,

¹ Portaria n.º 343/2020; Decreto n.º 6/2020; Decreto n.º 15.391/2020.

2020), essa parcela da população, que não teve assegurado o direito à educação básica, encontra maior dificuldade de acesso ao emprego e à renda, especialmente em tempos de pandemia, o que limita seu acesso aos meios tecnológicos, criando um círculo vicioso que torna os desafios ainda mais urgentes e complexos.

Esse cenário nos leva a refletir, mais especificamente, sobre o âmbito da Educação de Jovens e Adultos (EJA), em que os estudantes são pessoas com traços de vida, origens, idades, vivências profissionais, históricos escolares, ritmos de aprendizagem e estruturas de pensamentos completamente variados, que fazem parte da população trabalhadora de baixa renda, que vivencia o trabalho precarizado, informal e até o desemprego. São as mesmas pessoas que, por motivos de sobrevivência, precisam sair do isolamento para garantir sua subsistência, expondo-se ainda mais ao vírus. Esses sujeitos não estavam trabalhando remotamente (*home office*), de acordo com o que apontou o questionário socioeconômico aplicado em uma turma de uma escola estadual de Ponta Porã, no Mato Grosso do Sul (MS), onde a maioria trabalha na informalidade, enquanto outros vivenciam o desemprego.

Esse panorama expôs um grande desafio para garantir o direito à educação a esses sujeitos, principalmente por serem os mais suscetíveis às consequências mais fortes da contaminação, dadas as condições em que vivem e pela faixa etária. O que se observa é que o ensino remoto potencializou as desigualdades sociais e educacionais, tornando-se, para muitos, impossível e conflitante, uma vez que a EJA exige interação, diálogo e troca de experiências.

O ensino remoto também se mostrou complexo para os profissionais da educação, bem como para o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes, pois, como apontam Santos (2020) e Souza (2021), as aulas remotas precisam, necessariamente, de usos tecnológicos, e exigem das instituições de ensino e dos profissionais novas metodologias para abordar os conteúdos.

Esta pesquisa, a partir de entrevistas, procurou ouvir os sujeitos da EJA — docentes e discentes — buscando conhecer a realidade social, seus pontos de vista, opiniões, expectativas e dificuldades ante o processo de ensino e aprendizagem em tempos de pandemia. Também é uma forma de contribuir para políticas públicas educacionais adequadas ao contexto sociocultural desse público.

Diante desse cenário, este estudo empregou uma abordagem bibliográfica, uma vez que se valeu de diversas publicações que discutem a temática em questão: portarias, decretos e pareceres (federais e estaduais) que instituíram as medidas restritivas voltadas ao enfrentamento da emergência de saúde pública. Ademais, consultou-se a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que regulamenta o sistema educacional do Brasil. Buscou-se artigos científicos, recém-publicados, de autores como Guedes e Rangel (2021), Alves (2021), Souza e Miranda (2021), e Nicodemos e Serra (2020), pesquisadores que abordam a educação remota em tempos de pandemia no contexto brasileiro e trazem reflexões atuais sobre a prática pedagógica e educacional durante a crise sanitária, com a finalidade de pensar o contexto em que os sujeitos da EJA estão inseridos e os desafios enfrentados por essa modalidade de ensino.

Por meio de metodologia descritiva e qualitativa, analisamos o questionário entregue aos professores e estudantes da EJA. O instrumento de coleta utilizado nesta fase foi o questionário, em versão *on-line*, através do *Google Forms*². Com isso, pretendia-se traçar o perfil de educadores e educandos da EJA em Ponta Porã, bem como analisar os desafios enfrentados por eles no ambiente do ensino remoto.

Este trabalho é estruturado em três tópicos: no primeiro, os sujeitos da EJA, o contexto pandêmico e a diferença entre Educação a Distância (EaD) e ensino remoto. No segundo, analisam-se os dados do questionário aplicado aos docentes e alunos, catalogando o perfil dos sujeitos da EJA, bem como suas percepções e desafios no ensino remoto. No terceiro, apresentam-se as considerações finais.

2 ENTRE A GARANTIA E O ACESSO À EDUCAÇÃO

Ao analisarmos a história da educação brasileira, percebemos que ela é marcada por avanços, porém, insuficientes para suprir a discrepância educacional. Apesar de ser um direito constitucional, a educação é diferenciada para cada classe social brasileira nos quesitos acesso e qualidade. A modalidade de EJA, por exemplo, composta de

² A proposta era distribuir questionários impressos também, para alcançar todos os alunos, mas, devido à dificuldade de entrega e devolutiva dos questionários, por parte dos alunos, não houve esta possibilidade.

estudantes-trabalhadores, que historicamente sofreram e sofrem diferentes formas de exclusão social, tem se configurado em uma busca constante pelo direito à educação. Esse direito público garantido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n.º 9.394/1996, no capítulo II, seção V, afirma que:

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida. § 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. § 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si. § 3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento.

A Lei n.º 9.394/1996 destina-se a garantir aos alunos um preparo não apenas à vida acadêmica, como também para atuarem de forma eficaz na sociedade na qual estão inseridos. Contudo, Ventura (2019, p. 97) destaca que a falta de programas articulados “[...] constrói uma política de EJA pulverizada [...]” e, com isso, “[...] prevalece a ampliação das propostas de certificação para os trabalhadores através de diferentes meios, sem, no entanto, garantir o acesso sistemático ao conhecimento, ao mesmo tempo, reiterando e aprofundando as desigualdades históricas” (VENTURA, 2019, p. 97).

A trajetória da EJA, além de ser marcada por uma diversidade de programas, com ações descontínuas, que não qualificam como escolarização, sofre, ainda, com a invisibilidade nas políticas públicas. Desde 2016, muitas reformas têm exaltado a desvalorização e invisibilidade da modalidade EJA. Dentre essas reformas, temos: os cortes nos recursos destinados ao Programa Brasil Alfabetizado; a extinção da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI); reformas do Ensino Médio e oferta da EJA de forma exclusiva por meio da EaD. Por conseguinte, temos a redução nas matrículas e o fechamento de turmas em grandes proporções em todos os estados brasileiros.

Considerando o cenário de pandemia vivenciado mundialmente, o ensino remoto proporcionou uma exclusão de milhares de educandos, reforçando a disparidade na garantia do direito à educação, como afirmam Guedes e Rangel (2021, p. 34):

A profunda desigualdade socioeconômica presente na realidade brasileira é um desafio para a garantia do direito à educação e, sobretudo, no modelo de ensino que utiliza as TICs, essas tecnologias não fazem parte da realidade dos brasileiros mais pobres. Implantar a utilização da TICs no processo de ensino aprendizagem depende do combate à desigualdade, ou ao menos, de políticas que minimizem seus efeitos.

Nicodemos e Serra (2020, p. 879), por sua vez, ao refletirem sobre a modalidade da EJA, destacam que ela já se encontrava “[...] fragilizada em termos do sentido universal e escolar de sua oferta [...]”, quadro que se intensificou na pandemia, colocando-a em uma situação de invisibilidade bastante delicada e preocupante. Para os autores,

Justamente essa condição de classe e de trabalhador de baixa renda leva a maior parte dos educandos da EJA a situar-se entre a população mais vulnerável aos efeitos da pandemia da covid-19, sentindo tanto os impactos relacionados à doença em si e ao seu tratamento, quanto às consequências econômicas advindas da necessidade de distanciamento social. Desde março de 2020, portanto, muitos desses jovens, adultos e idosos que cursam a Educação Básica encontram-se em precária situação de sobrevivência e, muito provavelmente, com poucas perspectivas de retorno aos estudos (NICODEMOS; SERRA, 2020, p. 874).

Além da desigualdade social, Nicodemos e Serra (2020) apontam que o ensino remoto reforçou a exclusão vivenciada pelos sujeitos da EJA (docente e discente), uma vez que eles não estavam preparados para as atividades escolares com a mediação das plataformas digitais, no que concerne ao nível de letramento digital, e pelas limitações de acesso às tecnologias:

Consideramos que tais ações têm impactado de forma incisiva nos modelos de escolarização vivenciados por docentes e discentes e que, na esfera da EJA, têm anunciado contornos de reedição dos mecanismos de exclusão escolar já vivenciados por esse público em suas trajetórias escolares, em função de dois aspectos. O primeiro refere-se ao acesso à tecnologia de informação para que as atividades remotas possam ser desenvolvidas de forma plena. O segundo aspecto reside no modelo pedagógico do ensino remoto, que implica em domínio de técnicas, níveis de letramento digital e alfabético e espaço habitacional com estrutura

adequada, entre outras condições igualmente distantes da realidade de muitos discentes e docentes (NICODEMOS; SERRA, 2020, p. 882).

Da mesma forma, Souza e Miranda (2021) acreditam que o acesso à tecnologia, muito comum atualmente, não significa que professores e estudantes tenham habilidades para além do entretenimento. Muitos têm dificuldades quando precisam utilizá-las para tarefas mais complexas, além de disciplina na construção da aprendizagem:

O ensino remoto trouxe uma nova realidade para toda a sociedade, especialmente para estudantes e professores, que vivenciaram drástica mudança no ensino escolar em curto espaço de tempo. O uso de plataformas virtuais de ensino **evidenciou a falta de conhecimento sobre o uso da tecnologia** como recurso central no processo de construção do conhecimento. O ensino remoto requer do estudante uma rotina de estudos, disciplina e organização, as quais, muitas vezes, ele não tem. Soma-se a isso a falta de aparelhos tecnológicos pessoais, com recursos digitais que funcionem efetivamente. O uso do celular, como o principal instrumento de estudo, por vezes compartilhado com outros membros da família e com acesso precário à internet, expõe o abismo social, a forma como o ensino remoto chega às diferentes camadas sociais, interferindo diretamente no estímulo a continuidade dos estudos (SOUZA; MIRANDA, 2021, p. 51, grifo nosso).

É evidente que essas contradições vivenciadas não nasceram durante a pandemia, pois surgiram a partir de um contexto histórico de reformas do ensino. É nesse cenário de incertezas, desigualdades, e da necessidade de inclusão digital e expansão das oportunidades escolares, conforme apresentado por Souza e Miranda (2021), que buscamos refletir sobre a modalidade e os sujeitos da EJA. A garantia e a aplicabilidade do direito à educação estão longe do significado de igualdade e acesso de todas as pessoas.

3 OS SUJEITOS DA EJA E O CONTEXTO PANDÊMICO DA COVID-19

A educação brasileira, segundo a Lei n.º 9.394/1996, em seu artigo 21, é composta por: Educação Básica e Educação Superior. Dentre esses níveis, temos etapas, fases, cursos e modalidades. Abordaremos, a seguir, uma das modalidades da Educação Básica, a EJA.

A educação se transformou ao longo da história, seguindo os padrões e as necessidades de cada período histórico. A educação voltada para jovens e adultos, por exemplo, surgiu a partir de três fatores fundamentais: necessidade de escolarização de pessoas excluídas do processo; demanda por mão de obra qualificada para atuar na indústria; e diminuição da taxa de analfabetismo no Brasil. Esses fatores estão voltados aos interesses políticos, majoritários e dominantes, ou seja, a EJA era vista como uma compensação, e não como um direito. Somente em 2000 essa modalidade passou a ser considerada um direito de fato, segundo o Parecer n.º 11/2000, da Câmara de Educação Básica (CEB), que atribuiu à EJA as funções: reparadora, equalizadora e qualificadora. Dessa forma, essa modalidade tem como intuito não só a escolarização, mas a emancipação, humanização e percepção de sujeito histórico para o conhecimento.

Assim sendo, a EJA traz consigo a concepção de inclusão social. Segundo a Lei n.º 9.394/1996, essa modalidade de ensino pretende atender àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria³. Tem ainda como objetivos reparar o direito negado, qualificar e oferecer a igualdade de oportunidades, que possibilitem aos indivíduos novas inserções no mundo do trabalho, uma vez que, dentre os sujeitos da EJA, a maioria dos mais jovens são adolescentes com histórico de repetência e evasão escolar. Já entre os com mais idade, destacam-se estudantes com inclusão tardia na escola, muitas vezes pela necessidade de trabalhar; ou pela busca de qualificação, exigência cada vez maior no mercado de trabalho.

Considerando as peculiaridades da EJA e o contexto da pandemia de Covid-19, o Novo Coronavírus agravou ainda mais as desigualdades e fragilidades estruturais do Brasil, em especial da educação, conforme mostra o Parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE) e do Conselho Pleno (CP) n.º 5/2020:

[...] se observarmos as diferenças de proficiência, alfabetização e taxa líquida de matrícula relacionados a fatores socioeconômicos e étnico-raciais. [...] as diferenças existentes em relação às condições de acesso ao mundo digital por parte dos estudantes e de suas famílias. Além disso, [...] aumento da taxa de desemprego e redução da renda familiar (BRASIL, 2020).

³ Segundo a Lei n.º 9.394/1996, a idade escolar seria dos 4 aos 17 anos de idade.

A pandemia exigiu medidas restritivas e de urgência para conter a propagação do vírus: uso de máscara facial, higienização das mãos com frequência e, o mais importante, distanciamento social. Diante disso, estados e municípios passaram a editar decretos e outros instrumentos legais e normativos para o enfrentamento da emergência de saúde pública, estabelecendo, entre eles, a suspensão das atividades escolares presenciais. No Mato Grosso do Sul, por exemplo, a primeira suspensão das aulas ocorreu por meio do Decreto n.º 15.391, de 16 de março de 2020, antes mesmo da portaria do Ministério de Educação (MEC) e do CNE.

A primeira Portaria do MEC, n.º 343, de 17 de março de 2020, impôs a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais para instituições de educação superior do sistema federal, mas logo recebeu adaptações e acréscimos por meio das Portarias n.º 345, de 19 de março de 2020, e n.º 356, de 20 de março de 2020.

O CNE, em 18 de março de 2020, por meio do Parecer n.º 5, manifestou a todos os sistemas e às redes de ensino a necessidade de reorganizar as atividades acadêmicas por conta de ações preventivas à propagação de covid-19, assegurando que a reposição de aulas e a realização de atividades escolares pudessem ser efetivadas de forma que se preservasse o padrão de qualidade.

Sendo assim, os conselhos estaduais e municipais de educação emitiram resoluções e/ou pareceres com orientações para as instituições de ensino sobre a reorganização do calendário escolar e o emprego de atividades não presenciais. Isso criou um desafio para as unidades escolares, pois era necessário “[...] considerar propostas que não [...] aumentassem] a desigualdade ao mesmo tempo em que [...] utilizassem] a oportunidade trazida por novas tecnologias digitais de informação e comunicação para criar formas de diminuição das desigualdades de aprendizado” (BRASIL, 2020).

Dentre as recomendações sobre a reorganização do calendário escolar, o CNE indicou as seguintes medidas para o ensino fundamental e médio, na modalidade EJA:

[...] devem considerar as suas singularidades na elaboração de metodologias e práticas pedagógicas, [...]. Isso significa observância aos pressupostos de harmonização dos objetivos de aprendizagem ao mundo do trabalho, a valorização dos saberes não escolares e as implicações das condições de vida e trabalho dos estudantes. Recomenda-se que, respeitada a legislação e observando-se autonomia e competência, as instituições dialoguem com os estudantes na busca pelas melhores

soluções, tendo em vista os interesses educacionais dos estudantes e o princípio normativo de “garantia de padrão de qualidade”. Pedagogia de projetos, incremento de apoio à infraestrutura das aulas e acesso à cultura e às artes, pode ensejar estímulos às atividades, considerando-se ainda as especificidades do ensino noturno (BRASIL, 2020).

Para atender os estudantes e minimizar os impactos das medidas de isolamento social na aprendizagem, de forma rápida e improvisada, segundo uma pesquisa feita pelo Centro de Inovação para Educação Brasileira (CIEB), em 2020, a maioria das secretarias de educação do Brasil aderiram ao ensino remoto a partir do uso de plataformas *on-line*, videoaulas gravadas e compartilhamento de materiais digitais. Na rede estadual do MS, a continuidade das aulas ocorreu por meio de vários recursos, como o aplicativo *Google Class*, transmissão pela TV Educativa, além da distribuição de atividades pedagógicas complementares (APCs) impressas para os discentes sem conectividade.

A Educação Básica e Superior sofreu em maior ou menor grau com as novas adaptações, pois instituições, professores e estudantes não contavam com o preparo necessário para enfrentar o novo contexto de ensino e aprendizagem através dos meios tecnológicos. Em relação à EJA, a complexidade é ainda maior, uma vez que havia problemas anteriores à pandemia e foram potencializados com a crise de saúde, o que leva a alguns questionamentos: o que se sabe de fato acerca desses sujeitos em tempos de pandemia? Quais são as suas condições de vida e o que fazem para sobreviver? São os mesmos indivíduos que estão entre os milhões de brasileiros que enfrentaram as filas da Caixa Econômica Federal (CEF) para receber o auxílio emergencial? Quais são as suas dificuldades e se têm o suporte necessário para o ensino remoto?

A EJA tem atendido cada vez mais os jovens e adolescentes (faixa etária abaixo de 20 anos), em especial, os de gênero masculino. De acordo com dados do Censo Escolar de 2020:

A EJA é composta, predominantemente, por alunos com menos de 30 anos, que representam 61,3% das matrículas. Nessa mesma faixa etária, os alunos do sexo masculino são maioria, representando 56,8%. Por outro lado, observa-se que as matrículas de estudantes acima de 30 anos são predominantemente compostas pelo sexo feminino, representando 59,0% (INEP, 2020).

Em comparação com o Censo Escolar de 2019, observa-se uma queda de 1% em 2020. Tais dados reforçam a ideia de que o direito e o acesso à educação são um desafio no qual a desigualdade social se manifesta nos diversos modos⁴ de escolarização, o que faz com que haja mais jovens na EJA. Estes sujeitos vivenciam os efeitos da desigualdade, com os mais variados tipos de realidade, pois alguns estão desempregados, outros trabalham, em sua maioria, na informalidade. Eles compõem as classes populares de trabalhadores (baixa renda) com responsabilidades sociais e familiares, com valores éticos e morais formados a partir da experiência, do ambiente e da realidade em que estão inseridos. São as mesmas pessoas que, sem outra escolha, têm que sair do isolamento para ganhar a vida fora do lar em situações de exposição ao vírus, pois naquele momento o mais importante era a sobrevivência familiar.

Segundo uma pesquisa realizada por Batista (*apud* NICODEMOS; SERRA, 2020), em diferentes municípios brasileiros, a taxa de letalidade de Covid-19 estava relacionada com o nível de escolaridade e com a cor ou raça do paciente. Dentre os resultados, constatou-se que 71,3% dos óbitos eram de pacientes sem escolaridade, e menos de 23% dos que possuíam ensino superior; em relação à raça, 76% dos pacientes eram pretos e pardos, sem escolaridade, contra 19,6%, respectivamente — quatro vezes maior do que o verificado em brancos com nível superior. Esses dados mostram que “[...] as chances de sobrevivência dos pacientes dependem, em grande medida, do acesso à escolarização” (NICODEMOS; SERRA, 2020, p. 875).

Os sujeitos da EJA precisam de uma atenção maior em virtude de suas peculiaridades. Sair da marginalidade⁵ e entrar no mundo do conhecimento, de forma crítica, em tempos tão incertos e de desesperanças, são desafios que demandam o auxílio do docente, o qual deve estar aberto às novas mudanças do contexto social, estar ciente da heterogeneidade e, acima de tudo, estar acessível à cidadania, para que o seu papel de educador transcenda o contexto escolar, contribuindo para as transformações sociais. Na EJA, os conteúdos devem ser significativos e articulados à realidade dos estudantes, por intermédio de uma estrutura flexível, que respeite os limites e as possibilidades de cada um.

⁴ Modos plenos e precários, sem acesso ao transporte escolar, material didático e fechamentos de salas da EJA.

⁵ No sentido de “margem”, não de “delinquência”.

O acesso à tecnologia de informação e o letramento digital estão entre os principais obstáculos para o ensino remoto, pois, neste contexto, o ensino não é uma modalidade presencial, tampouco uma EaD, assunto que será aprofundado no próximo tópico.

4 ENSINO REMOTO *VERSUS* MODALIDADE EaD

A mediação da aprendizagem pelos meios virtuais — ensino remoto — gerou um “equivoco” no meio acadêmico e na sociedade em geral sobre os dois tipos de ensino: Ensino remoto e EaD. Mas, afinal, são a mesma coisa? Vale ressaltar que ensino remoto, aulas on-line, educação virtual, entre outras expressões, não são sinônimos de EaD, embora ambas se concretizem, preferencialmente, através da *internet*.

O ensino remoto, como observado no tópico anterior, foi autorizado em caráter temporário pelo MEC para cumprir o cronograma presencial utilizando as aulas *on-line*. Apesar de usar a tecnologia e as plataformas digitais, e muitos considerarem-no EaD, o que existiu durante a pandemia é uma leve semelhança com o EaD.

A EaD é uma modalidade de ensino, assim como a EJA. Teve início com cursos profissionalizantes, através de rádio, televisão, teleconferência e correspondência, porém, com a chegada da *internet*, ampliou-se para cursos de ensino superior (graduação e pós-graduação), bem como para Educação Básica de jovens e adultos e educação profissional de nível médio. Segundo Alves (2020), os cursos a distância obtiveram uma autorização prévia do Ministério da Educação (MEC) para essa modalidade de ensino, a partir do projeto encaminhado e avaliado pelas instâncias envolvidas.

A EaD é regulamentada pelo artigo 80 da Lei n.º 9.394/1996 e amparada pelo Decreto n.º 5.622, de 19 de dezembro de 2005, definida em seu artigo 1º da seguinte forma: “[...] considera-se educação a distância a modalidade educacional que busca superar limitações de espaço e tempo com a aplicação pedagógica de meios e tecnologias da informação e da comunicação e que, sem excluir atividades presenciais, organiza-se segundo metodologia, gestão e avaliação peculiares” (BRASIL, 2005).

Tal modalidade tem características próprias, tendo em vista que a aprendizagem ocorre por meio de um Ambiente Virtual de Aprendizagem⁶ (AVA), com o apoio de tutores e recursos tecnológicos, cada qual em lugares e tempos diferentes. Além disso, com uma concepção didático-pedagógica específica, abrange conteúdos, atividades e *design* contextualizado aos conhecimentos gerais e específicos, além de levar em conta o processo avaliativo discente. (cf. BEHAR, 2020).

Por ser uma modalidade de ensino, os tutores precisam ser habilitados para essa realidade, necessitam ser comunicativos, automotivados e autodisciplinados, assim como os estudantes, para que a aprendizagem ocorra. Os educandos, ao optarem por essa modalidade, têm consciência de que precisarão de recursos tecnológicos — *internet*, equipamentos e *softwares* — para acompanhar o curso de EaD.

Em contrapartida, o ensino remoto é algo novo, que surgiu durante a pandemia, e não há nas leis educacionais ou na Lei n.º 9.394/1996, uma regulamentação própria. Essa foi uma alternativa paliativa encontrada para dar continuidade ao ensino e ao calendário educacional, para evitar a propagação do vírus. Segundo Behar (2020), o ensino seria remoto porque os professores e alunos estavam impedidos por decreto de frequentarem instituições educacionais, a fim de se evitar a disseminação do vírus, e seria emergencial porque, do dia para noite, o planejamento pedagógico do ano letivo de 2020 precisou ser totalmente repensado.

As aulas remotas, necessariamente, precisam de usos tecnológicos e exigem das instituições de ensino e dos profissionais “novas” metodologias para abordar os conteúdos. No entanto, o que ocorreu, de imediato, foi a transferência do ensino presencial para os meios digitais, ou melhor, uma adaptação temporária das metodologias antes usadas presencialmente, realizadas nos mesmos horários e com os mesmos professores responsáveis pelas disciplinas dos cursos presenciais (ALVES, 2020). Assim, as aulas aconteciam num tempo síncrono⁷, utilizando-se de videoaulas (aulas por *webconferência*), mas as atividades ocorriam num ambiente virtual de modo assíncrono⁸. (BEHAR, 2020).

⁶ AVA é um *software* desenvolvido para uso na internet, a fim de proporcionar funcionalidades envolvendo os principais elementos que caracterizam o cenário educacional: estudante, professor, conteúdo e mediação da aprendizagem. Ex.: *Moodle*.

⁷ Participação do aluno e do professor ao mesmo tempo e no mesmo ambiente.

⁸ Sem a necessidade de uma interação em tempo real.

Diferentemente da modalidade EaD, os educadores não tiveram uma qualificação específica para o ensino remoto e, conseqüentemente, precisaram (re)aprender e se (re)inventar. Os docentes necessitaram criar aulas *online*, fazendo testes e ajustando-se (BEHAR, 2020), para que o processo de ensino e aprendizagem acontecesse. Ressalta-se que eles também tiveram de ser cautelosos, pois nem todo conteúdo do presencial se adequava de modo eficaz ao ensino remoto. Além disso, nessa modalidade, é necessário que os alunos tenham consciência da importância de seu comprometimento, pois isso é o que faz a diferença em seu aprendizado.

Para um aprendizado eficiente, seria necessário ao educando dispor de um ambiente favorável — cômodo isolado e equipamentos adequados. No entanto, essa é uma realidade para poucos, pois a maioria deles enfrenta um ambiente com muitos ruídos, o que pode prejudicar a compreensão dos conteúdos. Considerando que os discentes da EJA são estudantes-trabalhadores — trabalham, cuidam da família, exercem a maternidade, lidam com o cansaço físico, dentre outras situações, o ensino remoto exige deles um comprometimento, uma autonomia e autogestão do seu processo de aprendizagem ainda maior do que o presencial, pois “[...] estar conectado não significa, necessariamente, dedicação às aulas *online*.” (SOUZA; MIRANDA, 2021, p. 46).

Diante das circunstâncias, o ensino remoto representa, ao mesmo tempo, uma metodologia de ensino que proporciona a continuidade dos estudos em tempos de isolamento, por intermédio de tecnologias para o processo de ensino e aprendizagem, como também um método que segrega e exclui estudantes, em especial os vulneráveis. Além disso, segundo Guedes e Rangel (2012, p. 34), “[...] alguns alunos se adaptaram, com menor dificuldade, do ensino remoto, pois já se encontram habituados à utilização de *smartphones* de última geração, *tablets*, computadores, etc. Outros, contudo, sequer têm acesso ao básico para poder se adaptar ao ‘novo normal’”.

As aulas remotas, necessariamente, precisam de materiais tecnológicos. No entanto, de acordo com Tokarnia (2020), cerca de 46 milhões de brasileiros (uma em cada quatro pessoas) não têm acesso à internet. Por isso, muitos alunos não conseguem acompanhar e compreender os conteúdos, o que pode levar à desmotivação de estudar e, até mesmo, à evasão. Em uma busca rápida na *internet*, vemos isso na prática no Mato

Grosso : as escolas estaduais, com a pandemia, perderam 15 mil estudantes em 2020⁹ (PASCHE, 2021). Em contrapartida, a procura pela EJA a distância¹⁰, segundo Maria Tereza, professora e coordenadora da EJA do Centro Universitário Internacional (Uninter), cresceu cerca de 20% em 2020 em comparação a 2019. De acordo com a coordenadora, a procura aumentou devido aos desafios impostos pela pandemia ao mercado de trabalho (PROCURA, 2020).

As instituições e os educadores têm buscado, a partir de sua realidade, adequarem-se e adaptarem-se neste novo contexto, com o objetivo de alcançar o maior número de estudantes, visando à permanência deles e sua aprendizagem para a progressão de sua formação. O papel do professor tornou-se mais difícil, pois vários obstáculos o colocaram à prova, como: letramento digital, metodologias de ensino para o virtual e complexidade social de inclusão digital. “A pandemia de Covid-19 ressignificou a educação em tempo recorde e de uma forma até então não imaginada.” (GUEDES; RANGEL, 2021, p. 20). Behar (2020) acrescenta que o que poderia ocorrer na educação em uma década acabou acontecendo de modo “emergencial” em pouquíssimos meses.

A seguir, com o intuito de responder os objetivos gerais e específicos deste estudo científico, serão mostrados os principais desafios enfrentados por discentes e docentes na educação remota, que influenciaram no processo de ensino e aprendizagem.

5 A EJA EM PONTA PORÃ/MS

Ponta Porã é um município do Mato Grosso do Sul, Região Centro-Oeste do país. A cidade faz divisa com Pedro Juan Caballero, no Paraguai (PY), e é considerada uma área conurbada¹¹ internacional. Segundo o último Censo (IBGE, 2010), a população era de 77.782 pessoas. Hoje, a estimativa é de 95.320 pessoas, um aumento de 17.538 habitantes.

⁹ Essa é apenas uma estimativa. Contatou-se a Coordenadoria de Informações Gerenciais da SED-MS para saber a porcentagem de Ponta Porã, porém eles informaram que os dados do Censo Escolar são baseados em dois anos consecutivos, e o INEP ainda não divulgou as informações de 2019-2020. Há apenas de 2017-2018, e não há prazo para a atualização desses dados.

¹⁰ A EJA é autorizada a ser ofertada a distância pelo Decreto n.º 9.057, de 25 de maio de 2017.

¹¹ União de duas ou mais cidades formando um mesmo espaço geográfico.

Os dados do último Censo Escolar (INEP, 2020), compilados pelo portal QEDu¹², revelam que o município conta com 50 escolas de Educação Básica, entre municipais, estaduais e privadas, com registro de 665 matrículas na EJA. A demanda para a oferta da EJA era de aproximadamente 4.500 pessoas, com o aumento populacional é possível que esse número também tenha se elevado (IBGE, 2010).

A EJA em Ponta Porã é ofertada em duas escolas municipais e três estaduais. As municipais abrangem a Etapa I – ensino fundamental: 1º ao 9º ano do ensino fundamental, atualmente com 16 turmas de aproximadamente 35 estudantes cada. Já as Escolas Estaduais Joaquim Murtinho, Fernando C. Capiberibe Saldanha e Nova Itamarati (distrito a 51 km) atendem a Etapa II – ensino médio. Além dessas unidades, Ponta Porã conta com a oferta da EJA, ensino médio, a distância outorgada ao Centro Educacional Júnior (CEJ), localizado em São Gabriel do Oeste/MS, operacionalizado através de polos de apoio presencial.

O local escolhido para o desenvolvimento desta pesquisa foi a Escola Estadual Deputado Fernando Cláudio Capiberibe Saldanha, localizada no bairro Parque dos Ipês II, em Ponta Porã. A preferência pelo local se deu devido à disponibilidade de uma das docentes se responsabilizar em encaminhar os questionários aos professores e estudantes, o que foi de extrema importância durante o período de pesquisa, em virtude do isolamento social.

Essa instituição de ensino acolhe vários bairros e está localizada a seis km de distância da Escola Estadual Joaquim Murtinho (situada na região central), e oferece à população aulas de ensino fundamental I, ensino fundamental II, ensino médio e EJA. A realização deste estudo teve como sujeitos de pesquisa os educadores e educandos matriculados na EJA etapa 2 (ensino médio), fases I e III.

No próximo tópico, serão analisados os questionários virtuais enviados aos sujeitos da EJA, docentes e discentes.

¹² Trata-se de um projeto inédito idealizado pela Meritt - na pessoa dos Srs. Ricardo Fritsche e Alexandre Oliveira - e pela Fundação Lemann em 2012.

6 ABORDAGEM METODOLÓGICA E OS SUJEITOS DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada por meio de questionários virtuais, disponibilizados em *links* — por meio de formulários elaborados a partir do *Google Forms*, aplicativo do *Google*, que permite a criação, o compartilhamento e a disponibilização de formulário na *internet* — encaminhado aos oito docentes e aos 58 estudantes da EJA, via aplicativo de mensagens WhatsApp (em grupos dos estudantes e professores). Para a coleta de dados, utilizaram-se perguntas abertas e fechadas, com o objetivo de obter informações mais abrangentes sobre o assunto da pesquisa.

Esse questionário foi a ferramenta metodológica que direcionou a investigação, sendo que sua elaboração pretendia traçar o perfil e identificar quais as dificuldades enfrentadas por professores e estudantes da EJA durante um ano e quatro meses de ensino remoto. Os questionários foram respondidos em junho de 2021, e o resultado foi embasado no retorno de três respostas dos docentes e 25 devolutivas dos estudantes. Diante da complexidade em fazer uma pesquisa em tempos de pandemia, e o difícil acesso à escola e aos educadores, a maioria destes deixou de colaborar com o estudo — embora o questionário exigisse menos de 10 minutos para ser respondido — alegando “falta de tempo” e “muitas coisas para fazer”. Assim, foi feita uma análise qualitativa a partir dos apontamentos feitos pelos sujeitos da EJA que se dispuseram a responder a pesquisa.

7 SEM GIZ E LOUSA, E AGORA JOSÉ? — OS PROFESSORES DA EJA

As entrevistas são fundamentais para apresentar dados referentes à realidade pesquisada, apesar das dificuldades do isolamento social e da ausência do contato físico entre os entrevistados e a entrevistadora, realizamos as entrevistas remotamente. Ao longo deste tópico, procura-se discorrer sobre o perfil dos entrevistados, os impactos e desafios do ensino remoto e a percepção desses professores no processo de ensino-aprendizagem.

O perfil dos entrevistados¹³ desta pesquisa apresenta-se da seguinte forma:

¹³ Os nomes dos entrevistados foram substituídos por pseudônimos de personalidades mulheres de MS: “Enir Bezerra” foi eleita 1ª cacique mulher de MS; “Tia Eva” foi uma liderança quilombola; e “Raimunda Luiza” é uma assistente social, advogada e ativista brasileira.

Quadro 1 – Perfil dos professores

Entrevistadas Sexo	Idade	Formação	Especialização	Instituição	Tempo de atuação na educação
Enir Bezerra	30 anos	Geografia e Pedagogia	Pós-graduação <i>Lato Sensu</i>	Faculdade de Ponta Porã (FAP) Faveni	EJA – 3 anos
Tia Eva	27 anos	Ciências Biológicas	Graduação	Faculdades Magsul	EJA – 2 anos
Raimunda Luzia	30 anos	Geografia e Pedagogia	Pós-graduação <i>Lato Sensu</i>	Faculdade de Ponta Porã (FAP) Faveni	EJA – 3 anos

Fonte: elaborado pelos autores (2021).

Observa-se, quanto à experiência profissional das entrevistadas, que são docentes jovens, atuantes em escolas estaduais e que estão na educação há mais de 10 anos. Porém, na EJA, a maioria está apenas há três anos. Considerando que no período da entrevista havia decorrido um ano e meio de pandemia, a experiência delas se resume a apenas um ano no ensino presencial, e dois (considerando este ano) no ensino remoto, o que indica uma experiência maior no ensino remoto do que no presencial.

Sobre o ensino remoto, foi questionado aos respondentes se esse método de ensino tem impactado no processo de ensino e aprendizagem na modalidade EJA e de que forma impactou. As respostas foram, por unanimidade, “sim, negativamente”, pois “[...] os alunos têm dificuldades em assimilar os conteúdos e não possuem facilidades com as tecnologias”. “Dificulta o processo de ensino devido à distância. É difícil ensinar os alunos do EJA de forma remota, eles têm muitas dificuldades em assimilar o conteúdo” (ENIR BEZERRA, 2021). “Os estudantes não têm facilidade com as tecnologias” (TIA EVA; RAIMUNDA LUZIA, 2021).

Diante do exposto, no discurso da professora Enir Bezerra, é possível perceber sua angústia em ensinar os discentes utilizando o ensino remoto. Ela sugere ainda enfrentar um obstáculo para elaborar uma didática de ensino para que eles a compreendam, pois ela aponta uma dificuldade dos estudantes em entender os conteúdos. A professora deixa implícito, na expressão “de forma remota”, o valor da interação social para o aprendizado, um fator essencial para o ensino na EJA, pois essa modalidade requer essa interação de troca e compartilhamento de experiências, e tal influência mútua reflete no fazer

pedagógico e na construção do humano, porque a sala de aula não pode ser apenas transmissão de conteúdo.

No discurso das docentes Tia Eva e Raimunda Luzia, diferente de Enir Bezerra, o impacto negativo no ensino está na dificuldade dos alunos em lidarem com a tecnologia. Esse foi um problema, de modo geral, na comunidade escolar. Apesar de a tecnologia estar no cotidiano de algumas pessoas, nas escolas, ainda é alvo de resistência. Além disso, saber entrar no *Facebook* ou *Instagram*, ou seja, em redes sociais, não é sinônimo de letramento digital. O ensino remoto requisitou um domínio muito maior de tecnologia e *internet*, como fazer *download*, enviar documentos, saber entrar nas plataformas digitais, etc. Assim, essa dificuldade não atingiu apenas os estudantes, mas também educadores, como fica claro na questão a seguir.

Perguntadas ainda sobre qual o maior desafio no ensino remoto para a EJA, duas entrevistadas destacaram a dificuldade no uso das tecnologias, enquanto uma ressaltou a participação dos alunos nas aulas *on-line*. Considerando a faixa etária das entrevistadas, percebemos que são professoras jovens, mas que ainda não têm familiaridade com a tecnologia e as plataformas de ensino. Isso reforça a ideia de Behar e Souza (2020) quando afirmam que os professores não tiveram uma formação específica para lidar com as tecnologias no âmbito educacional, apesar de já estarem no currículo e nas normas da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2018). Na atualidade, ignorar os recursos tecnológicos disponíveis é andar na contramão do desenvolvimento intelectual, social e educacional do aprendiz.

Quanto à principal metodologia empregada para o ensino-aprendizagem, bem como se o plano de ensino tem levado em consideração as experiências e necessidades dos estudantes da EJA, elas afirmaram que consideraram as experiências dos discentes; e a ferramenta mais utilizada por elas, para desenvolver o ensino e a aprendizagem, é o *WhatsApp*. O aplicativo é muito presente para todos que possuem aparelho celular, pois, por meio dele, é possível encaminhar documentos em PDF, vídeos, imagens etc. Segundo dados do Censo Escolar (INEP, 2020), 90,1% das escolas estaduais no Mato Grosso do Sul utilizaram esse aplicativo para desenvolver as atividades escolares.

Entretanto, para o bom aproveitamento das aulas, seria necessário um celular mais atual, com memória adequada para o armazenamento dos dados, como, por exemplo, um

smartphone com capacidade de ao menos 64 Gbs de memória, tela de 5.7 polegadas e bateria de 3.000 mAh. Isso denota também que a escolha dessa didática é a ferramenta mais disponível e acessível para os alunos. Contudo, nessa metodologia, em escala de 1 a 5, a maioria escolheu a opção 5, afirmando que tem favorecido o processo de aprendizagem para autonomia e liberdade. Além disso, destacaram que é possível avaliar a progressão dos estudantes.

Nas questões abertas, nas quais buscou-se observar a percepção dos educadores e suas dificuldades, quando perguntamos: “O que é a Educação de Jovens e Adultos em tempos de pandemia?”, as opiniões divergiram. Duas professoras expressaram que é um momento que promove aprendizagem e desenvolve a empatia; no entanto, para a outra, é um trabalho difícil e desgastante. Quanto às suas maiores dificuldades, elas revelaram “não ter contato com o estudante” e “obter o aprendizado dos alunos”. Ao ser perguntado se elas conseguem identificar algum ponto positivo no ensino remoto, todas responderam acreditar que sim: “Sim, a importância do professor de forma presencial com os estudantes” (ENIR BEZERRA, 2021). “Sim, o maior tempo em casa e com a família” (TIA EVA, 2021).

De um modo geral, as professoras demonstraram certa confiança quanto ao ensino remoto, pelo fato de a escola ter promovido uma formação continuada, porém é perceptível que alguns docentes tiveram mais dificuldade de adaptação. Dentre as maiores dificuldades está a falta de contato direto com os estudantes e de saber se realmente eles estão aprendendo. Segundo Nicodemos e Serra (2020, p. 884), “Na EJA, o contato, o acolhimento e o apoio mútuo são essenciais para o prosseguimento e a conclusão dos níveis de ensino.” Além disso, “em função das muitas dificuldades enfrentadas quando se decide voltar a estudar, o envolvimento afetivo é fundamental para a permanência dos educandos na escola”. (NICODEMOS; SERRA, 2020, p. 884),

No relato de Enir Bezerra, ela reconhece a importância de seu ofício, pois os professores devem ser mediadores do conhecimento e facilitadores da aprendizagem, auxiliando os estudantes a ultrapassarem as dificuldades com as quais se deparam ao longo da trajetória escolar. A educação é uma via de mão dupla: educador e educando são sujeitos do processo, em uma relação horizontal. Sendo assim, aprender ou não aprender não depende única e exclusivamente do aluno; não é um processo puro e simples de

transmissão de conhecimento por parte do professor, tampouco está centrado exclusivamente no educador, e sim na interação professor/aluno e aluno/professor. Entretanto, sabemos que essa relação fica fragilizada e limitada em tempos de pandemia, diferentemente do presencial, como relataram as entrevistadas sobre a importância dos docentes presencialmente.

O contato direto promove a interação de confiança, na qual os docentes conseguem observar melhor os aspectos culturais, sociais e humanos de cada aluno. Além disso, é possível ouvi-los e entendê-los, a fim de ajudá-los a compreender e ler o mundo através do conhecimento. Segundo Freire (1987, p. 46), “[...] ninguém educa ninguém, ninguém se educa; os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”. Ademais, o conhecimento faz sentido para o estudante quando o transforma em sujeito que pode transformar o mundo, sendo, então, a educação uma forma de “libertar” o aluno.

8 ENTRE OBSTÁCULOS E DESAFIOS: OS ESTUDANTES DA EJA

O questionário foi enviado a 58 estudantes, sendo 23 homens e 35 mulheres, segundo a lista de matriculados na EJA. De acordo com os resultados, observa-se que, dos 25 estudantes que se dispuseram a colaborar com a pesquisa, 19 deles são do sexo feminino e 6 do masculino.

Por intermédio desse índice e pelos dados do Censo Escolar (INEP, 2020), podemos conjecturar que as mulheres têm buscado mais os estudos do que os homens, ou estes não têm disponibilidade para estudar. Entre os mais jovens, a faixa etária varia de 19 a 26 anos — a maioria dos entrevistados abandonou os estudos durante o ensino médio; os que têm mais idade, entre 38 e 55 anos, abandonaram a escola por falta de oportunidade ou porque precisaram trabalhar. Esse é um dado muito preocupante, pois temos cada vez mais jovens na EJA, o que é um indicativo de evasão escolar entre os adolescentes. Com a pandemia, esse dado pode ser muito maior futuramente.

Quanto à raça, a maioria se declara de cor parda, enquanto o restante se declara branca e preta. Essa realidade se justifica por ser a maioria de população residente de Ponta Porã, segundo o IBGE (2010), composta de brancos e pardos. Apesar de a pesquisa

não apresentar estudantes indígenas, vale destacar que, conforme o site da Funai (2021), a Coordenação Regional de Ponta Porã/MS atende aproximadamente 33 mil indígenas das etnias Guarani e Kaiowá, em 56 áreas no extremo sul do MS, localizadas na fronteira entre Brasil e Paraguai.

Em relação ao estado civil, a metade é solteira; 16 deles possuem filhos, e a quantidade de filhos varia de um a seis. Considerando que 79,2% dos estudantes fazem uso do celular para o estudo, é possível que eles tenham que dividir esse mesmo aparelho com os filhos. Essa realidade e a falta de recursos digitais apropriados são um dos grandes responsáveis pela não continuidade das rotinas educativas durante a pandemia.

Quanto à nacionalidade, temos a maioria de brasileiros, mas três deles se declaram paraguaios. Isso porque Ponta Porã faz divisa seca com Pedro Juan Caballero/PY, sendo muito comum as escolas atenderem alunos provenientes do país vizinho, especialmente em razão do trânsito livre entre as cidades, pois ambas foram construídas a partir da linha de divisa entre os dois países, sem qualquer barreira, sendo consideradas cidades-gêmeas.

Outro dado importante, que corrobora o referencial teórico, é a ocupação dos estudantes da EJA. Observa-se que a realidade de Ponta Porã não é diferente das demais cidades brasileiras. A maioria dos entrevistados está desempregada ou sobrevive da informalidade¹⁴.

Diante do alto índice de desemprego, as dificuldades para entrar no mercado de trabalho ficam ainda mais evidentes para aqueles que não têm ensino superior ou básico, principalmente na pandemia. Essa realidade é o que faz os jovens retornarem para a escola. Ao serem perguntados por que escolheram fazer a EJA, as respostas dos jovens foram a necessidade de se preparar para o mercado de trabalho e aumentar a oportunidade de conseguir um emprego; enquanto para os que têm mais idade, foi adquirir conhecimentos e “vencer na vida” para dar um futuro melhor para a família. Assim, o que se observa é que, para os jovens, as dificuldades são maiores, uma vez que o mercado de trabalho, cada vez mais, exige experiência e qualificação.

Sobre a percepção dos educandos da EJA em relação ao ensino remoto e seu aprendizado, a primeira questão foi se a transferência das aulas presenciais para o ensino

¹⁴ Uma característica marcante de Ponta Porã é a existência do comércio popular (camelódromo) situado na linha internacional, o que pode justificar o percentual de informais apresentado.

remoto/não presencial impactou em seu processo de aprendizagem e de que forma. A questão era fechada, com três alternativas: *sim, positivamente*; *sim, negativamente*; *não impactou em nada*. Dos 26 respondentes, 20 optaram por “sim, positivamente”. Apesar da maioria ter assinalado que impactou positivamente, ao descreverem de que forma, as respostas demonstraram o contrário. Dentre as respostas positivas, temos: melhor concentração, flexibilização de horário de estudo, sanar as dúvidas com o professor e não ter transporte para ir à escola. Já os que talvez não tenham compreendido a questão, temos: é muito difícil estudar *on-line*, difícil compreender os conteúdos, aprendo melhor em sala de aula, aprendo melhor com o professor explicando na lousa, e o ensino presencial é melhor.

Outra questão muito importante, que responde até mesmo o objetivo desse artigo, é quanto às maiores dificuldades dos estudantes no ensino remoto. O gráfico 1 demonstra, mais uma vez, a diversidade de aprendizado dos estudantes da EJA, pois as opiniões divergiram entre eles. Para a maioria, está a necessidade e o apoio do professor e a compreensão dos conteúdos.

Gráfico 1 — Dificuldades no ensino remoto



Fonte: elaborado pelos autores (2021).

Considerando as respostas dos educadores em relação às dificuldades do ensino remoto, houve uma divergência entre as opiniões deles e as dos estudantes, pois, para os professores, os estudantes da EJA têm dificuldades com a tecnologia. O gráfico 1 mostra que, para os discentes, sua maior dificuldade está na necessidade do docente para sanar as dúvidas e auxiliá-los a compreender os exercícios.

Quanto aos dispositivos que os estudantes utilizam para o ensino remoto, a maioria usou *smartphones*, e uma parcela mínima, o computador. Esse dado justifica, talvez, a escolha do aplicativo *WhatsApp* como principal ferramenta didático-pedagógica dos professores, como uma forma de alcançar todos os estudantes e, em segundo lugar, a plataforma digital *Google Class*. Nesse contexto, em especial para os estudantes com dificuldades de acesso, as atividades também ficaram disponibilizadas na forma impressa (para buscar na escola) ou em ambos os formatos (*on-line* e impressa). Apesar de a maioria dos alunos estar satisfeita com a metodologia escolhida pela escola e pelos professores, muitos não conseguem esclarecer as dúvidas, destacando, ainda, que as aulas presenciais são mais bem aproveitadas.

A pesquisa teve uma devolutiva de 43% dos estudantes. Como não houve possibilidade de entrega do questionário impresso, em virtude do prazo e da organização da escola, não sabemos ao certo quantos educandos dessa escola sofrem com a exclusão digital, mas esses dados sugerem um indicativo da exclusão digital.

Como conclusão da seção do questionário sobre ensino remoto, foram propostas duas questões abertas de caráter opcional para que os estudantes descrevessem o que era, para eles, o ensino remoto e a EJA com base em suas experiências.

Após a análise dos relatos, foi possível visualizar que a maioria deles vê o ensino remoto como EaD. Porém, como já discutido neste texto, o ensino remoto e EaD não são a mesma coisa, consistindo em um entendimento equivocado provocado pela semelhança do uso dos meios eletrônicos e a *internet*. A EaD é uma modalidade assim como a EJA, garantida por lei, na qual as aulas ocorrem de modo assíncrono, com uma flexibilidade maior na rotina do dia a dia dos estudantes que por ela optarem; enquanto, no ensino remoto, as aulas ocorrem de forma virtual em tempo real, síncrona.

Por meio dos depoimentos, percebe-se que a EJA, mesmo com tantos desafios, tem se mostrado de extrema importância no âmbito educacional, pois proporciona e capacita os alunos para o exercício da cidadania, devolvendo a chance de torná-los participativos e socialmente produtivos, como ficou claro nos depoimentos. Por diversos motivos, esses estudantes abandonaram os estudos ou não tiveram oportunidade de acesso. Eles retornam para a escola, cada qual com um objetivo específico, uns por necessidade, outros em busca de qualificação e superação.

9 ENTRE OBSTÁCULOS E DESAFIOS: OS ESTUDANTES DA EJA

Apesar de a educação ser um direito garantido pela Constituição Federal (BRASIL, 1988), equiparando-a à saúde, à alimentação, à segurança, entre outros, devendo proporcionar aos discentes um preparo não apenas à vida acadêmica, como também para atuarem de forma eficaz na sociedade, o que se observa é que a educação brasileira continua sendo excludente e marcada por uma sucessão de avanços e tropeços. Muitos desafios foram intensificados com a pandemia de Covid-19, como a inclusão digital, a necessidade de expansão das oportunidades escolares, a falta de um sistema organizado com base nacional, somados às políticas educacionais até então existentes, estiveram longe do significado de democracia.

Em relação ao cenário da EJA na Escola Estadual Deputado Fernando Cláudio Capiberibe Saldanha em Ponta Porã/MS, durante a pandemia, no início da pesquisa, a hipótese era que o maior desafio para o ensino remoto seria a falta do letramento digital e equipamentos tecnológicos. Porém, com este trabalho, compreendeu-se que tanto professores quanto estudantes tiveram, sim, dificuldades com as tecnologias, mas se adaptaram. Assim, a maior dificuldade deles foi o distanciamento, a falta de contato entre docentes e discentes. Em acréscimo, para os professores, o maior desafio foi lidar com a tecnologia e fazer os educandos compreenderem o conteúdo através dela. Já para os estudantes, o maior obstáculo foi entender o conteúdo e realizar as atividades sem o auxílio do educador. Dessa forma, ficou evidente que os professores e estudantes de Ponta Porã carecem de interação na mediação dos conteúdos, pois, por meio do contato, eles se sentem mais confortáveis para fazer perguntas e sanar as dúvidas e, conseqüentemente, há melhor aproveitamento.

Além disso, a pesquisa demonstrou que as condições de vida das pessoas são importantes no processo de escolarização: melhorar as condições de vida é o fator principal para aprimorar a escolarização. Assim, a EJA necessita da experiência presencial e humanizadora para que o processo de ensino-aprendizagem seja realmente significativo, em prol de uma educação libertadora. Ainda, reforçou-se que é preciso, com urgência, que

políticas públicas se materializem, a fim de que a EJA saia da margem de invisibilidade, até mesmo das políticas educacionais, pois uma sociedade justa pressupõe o respeito aos direitos humanos, como afirma Freire (1987), antes de ser política, a democracia é uma forma de vida.

Referências

ALVES, Lynn. Educação remota: entre a ilusão e a realidade. **Interfaces Científicas**, Aracaju, v. 8, n. 3, p. 348-365, 2020. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/educacao/article/view/9251/4047>. Acesso em: 13 abr. 2021.

BEHAR, Patricia Alejandra. **O ensino remoto emergencial e a educação a distância**. UFRGS, 6 jul. 2020. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/coronavirus/base/artigo-o-ensino-remoto-emergencial-e-a-educacao-a-distancia/>. Acesso em: 12 abr. 2021.

BRASIL. **Decreto n.º 5.622, de 19 de dezembro de 2005**. Regulamenta o art. 80 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: Presidência da República, 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/legisla09.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2021.

BRASIL. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Presidência da República, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP n.º 5/2020**. Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19. Brasília: CNE, 2020. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=145011-pcp005-20&category_slug=marco-2020-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 22 abr. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB n.º 11/2000**. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília: MEC, 2000. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/legislacao/parecer_11_2000.pdf. Acesso em: 5 dez. 2021.

CIEB. **Planejamento das Secretarias de Educação do Brasil para Ensino Remoto**. São Paulo: CONSED, 2020. Disponível em:

<https://cieb.net.br/wp-content/uploads/2020/04/CIEB-Planejamento-Secretarias-de-Educac%C3%A3o-para-Ensino-Remoto-030420.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2021.

ENIR BEZERRA. **Entrevista concedida aos pesquisadores em Ponta Porã**. Ponta Porã, 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FUNAI. **Indígenas em Ponta Porã**. Brasília: FUNAI, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/coordenacoes-regionais-funai/cr-ponta-pora> . Acesso em: 17 set. 2021.

GUEDES, Douglas Souza; RANGEL, Tauã Lima Verdan. Ensino remoto e o ofício do professor em tempos de pandemia. In: SENHORAS, Elói Martins (org.). **Ensino remoto e a pandemia de COVID-19**. Boa Vista: Editora IOLE, 2021. p. 17-37. 89 v.

IBGE. **Cidades de Mato Grosso do Sul**: Ponta Porã/MS. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/ponta-pora/panorama>. Acesso em: 18 set. 2021.

INEP. **Censo Escolar**. Brasília: INEP, 2020. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/6993007. Acesso em: 25 ago. 2021.

NICODEMOS, Alessandra; SERRA, Enio. Educação de jovens e adultos em contexto pandêmico: entre o remoto e a invisibilidade nas políticas curriculares. **Currículo sem Fronteiras**, [S. l.], v. 20, n. 3, p. 871-892, set./dez. 2020. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol20iss3articles/nicodemos-serra.pdf>. Acesso em: 1 jun. 2021.

PASCHE, Bruna. Escolas Estaduais de MS perdem 15 mil alunos em ano de pandemia. **Correio do Estado**, Campo Grande, 22 fev. 2021. Disponível em: <https://correiodoestado.com.br/cidades/governo-registra-queda-de-mais-de-15-mil-matriculadas-em-2021/382699>. Acesso em: 12 abr. 2021.

PROCURA por EJA a distância cresceu 20% em 2020. **Ponta Porã News**, Ponta Porã, 14 dez. 2020. Disponível em: <https://www.pontaporainforma.com.br/procura-por-eja-a-distancia-cresceu-20-em-2020/>. Acesso em: 26 set. 2021.

QEDU. **Apresenta informações sobre a qualidade do aprendizado em cada escola, município e estado do Brasil.** QEDU, 2021. Disponível em: <https://qedu.org.br/municipio/5006606-ponta-pora> Acesso em: 23 set. 2021.

RAIMUNDA LUZIA. **Entrevista concedida aos pesquisadores em Ponta Porã.** Ponta Porã, 2021.

SOUZA, Dominique Guimarães de; MIRANDA, Jean Carlos. Desafios da implementação do ensino remoto. In: SENHORAS, Elói Martins (org.). **Ensino remoto e a pandemia de COVID-19.** Boa Vista: Editora IOLE, 2021, p. 41-54.

SOUZA, Maria Marlete de. A Educação de Jovens e Adultos em tempos de pandemia no contexto brasileiro. **Pensar a Educação em pauta**, Belo Horizonte, 23 out. 2020. Disponível em: <https://pensaraeducacao.com.br/pensaraeducacaoempauta/a-educacao-de-jovens-e-adultos-em-tempos-de-pandemia-no-contexto-brasileiro/>. Acesso em: 12 abr. 2021.

TIA EVA. **Entrevista concedida aos pesquisadores em Ponta Porã.** Ponta Porã, 2021.